

IV Encontro Brasileiro de Direito Processual Penal do IBRASPP

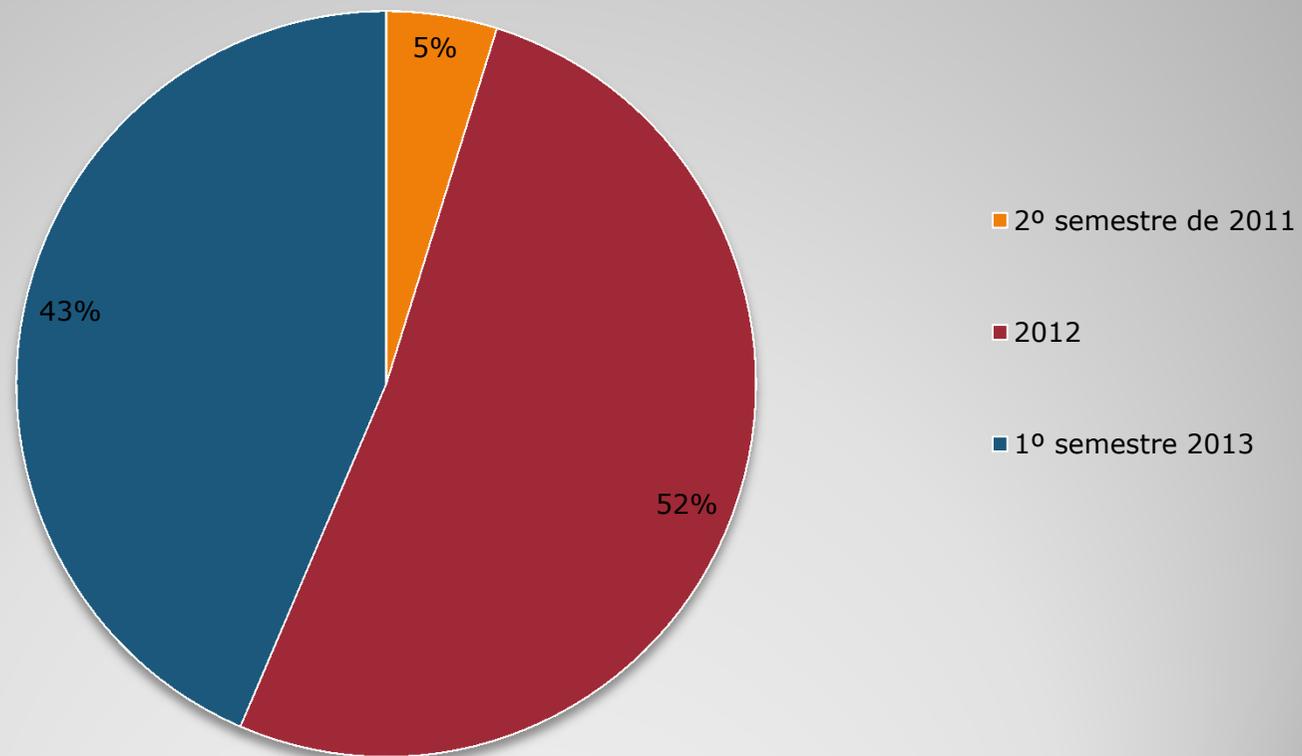
**Apresentação dos Resultados da pesquisa do
NUJUP.**

**O MONITORAMENTO DAS DECISÕES NA LEI
12.403/2011**

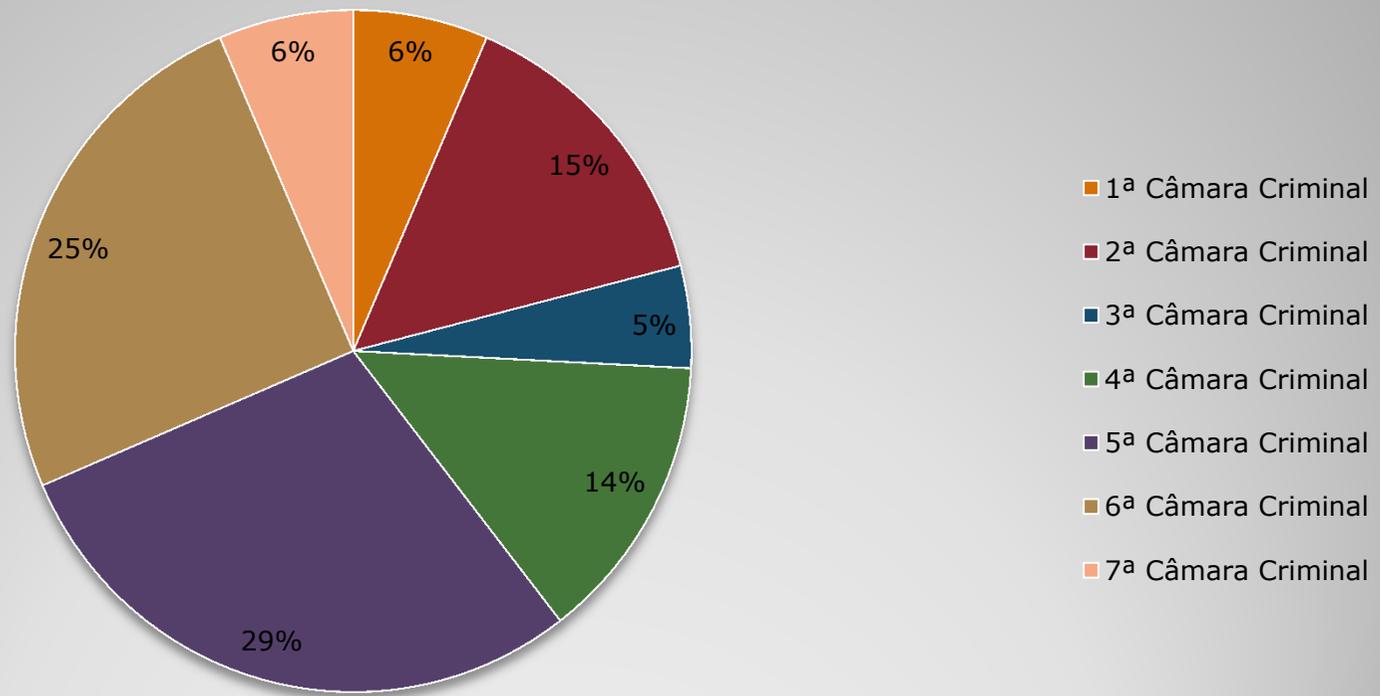
Subgrupo 2

Decisão de ofício do juiz e atuação das partes

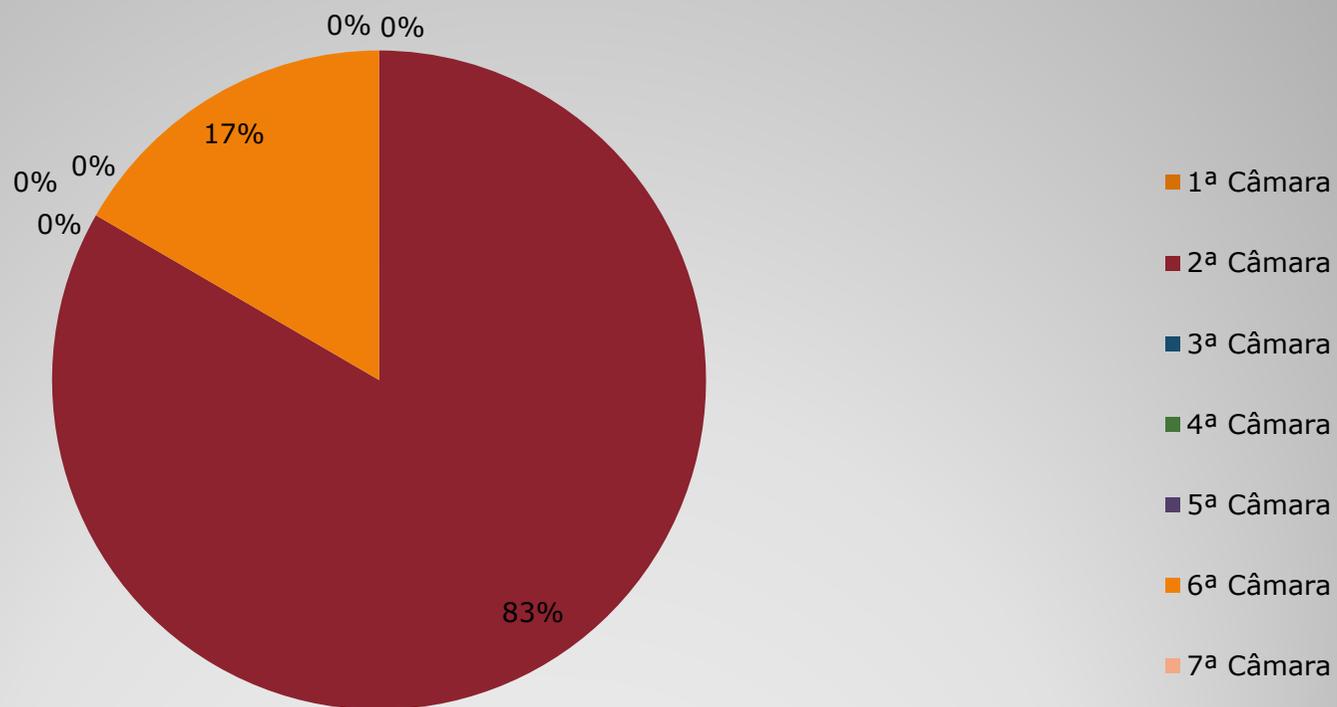
Decisões que analisam a prisão preventiva decretada de ofício



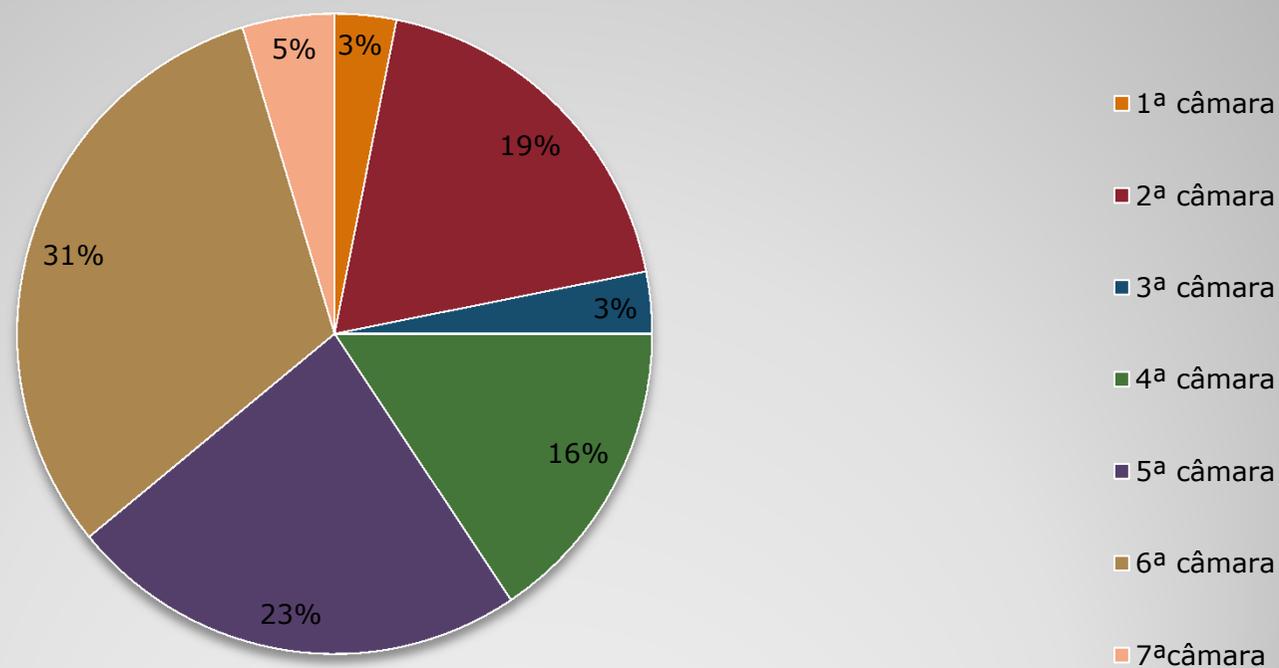
Número de decisões que apreciaram a legalidade da prisão preventiva decretada de ofício por Câmara



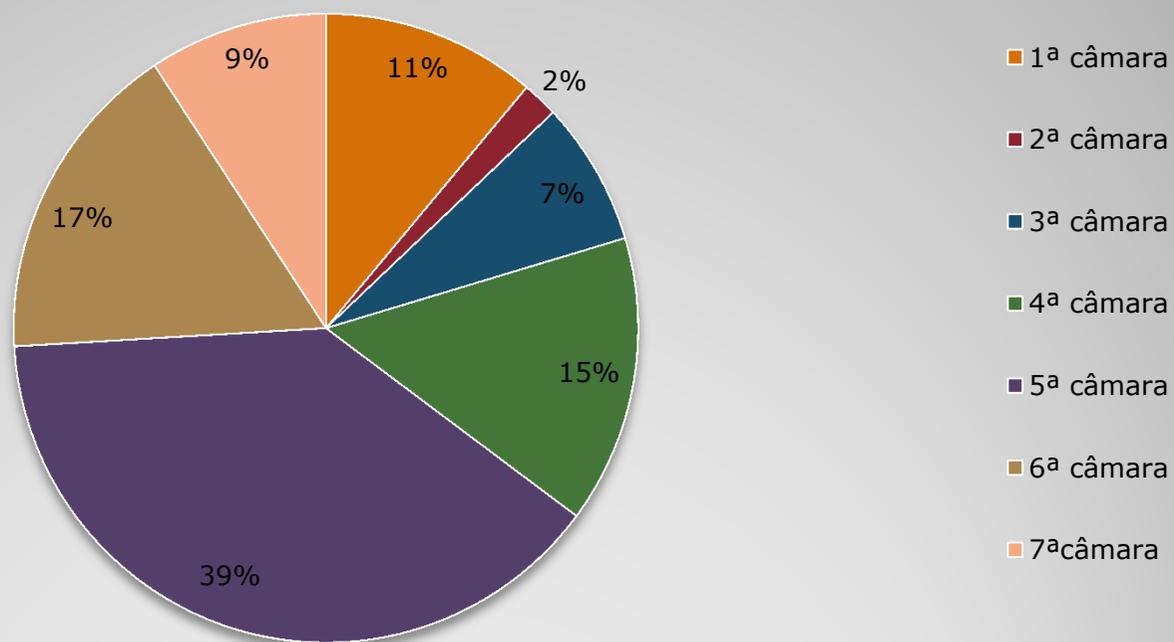
Acórdãos que analisaram prisão preventiva de ofício em 2011



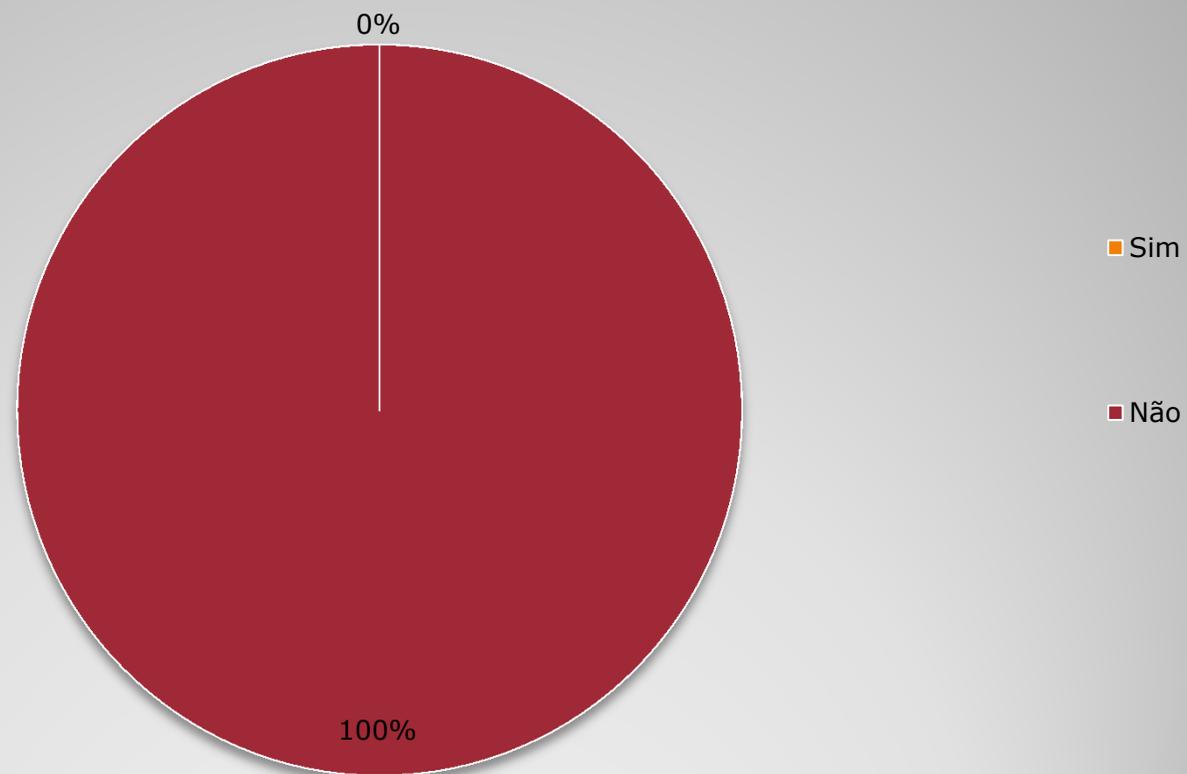
Acórdãos que analisaram a prisão preventiva de ofício em 2012



Acórdãos que analisaram a prisão preventiva de ofício em 2013



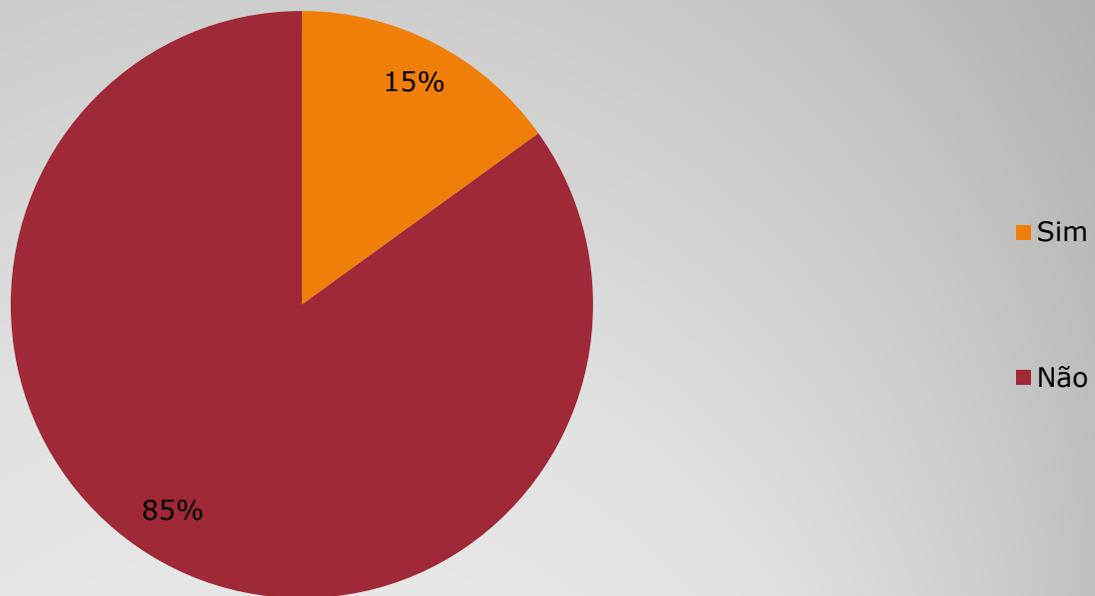
Participação da defesa antes da decisão da decretação da prisão de ofício



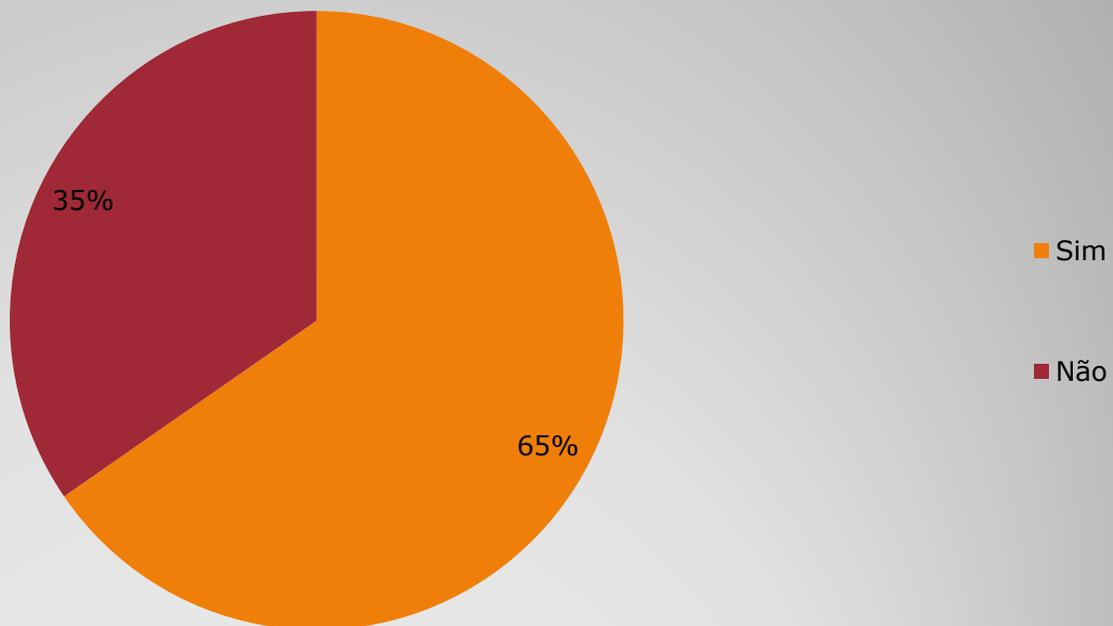
Subgrupo 3

Subsidiariedade da prisão e medidas cautelares diversas da prisão

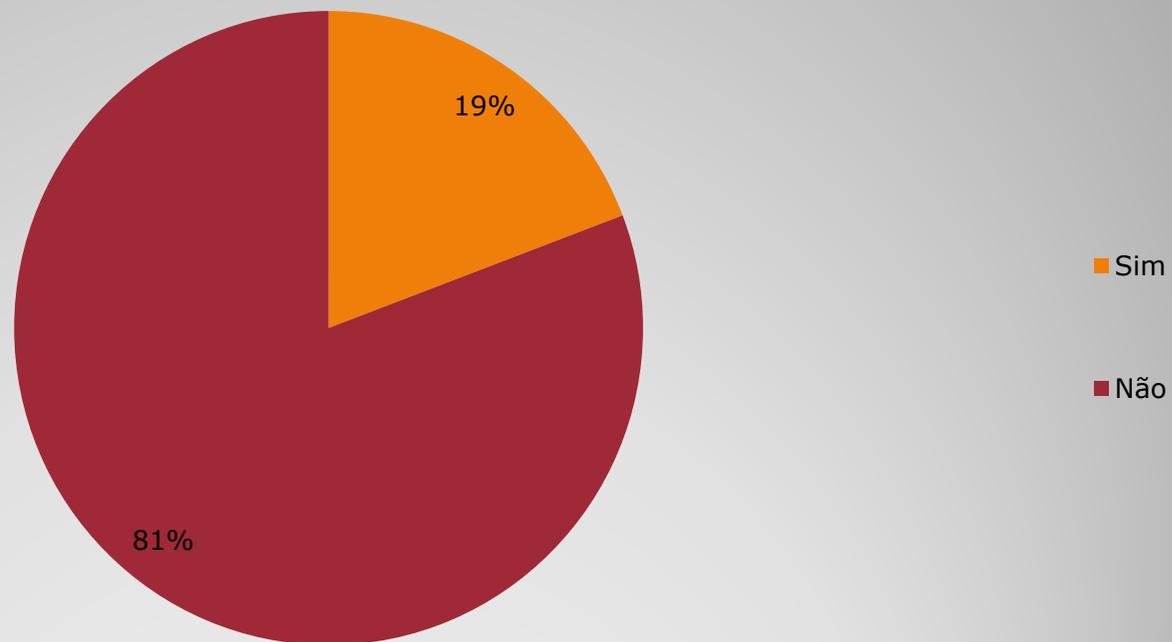
Análise da Necessidade da Prisão Preventiva



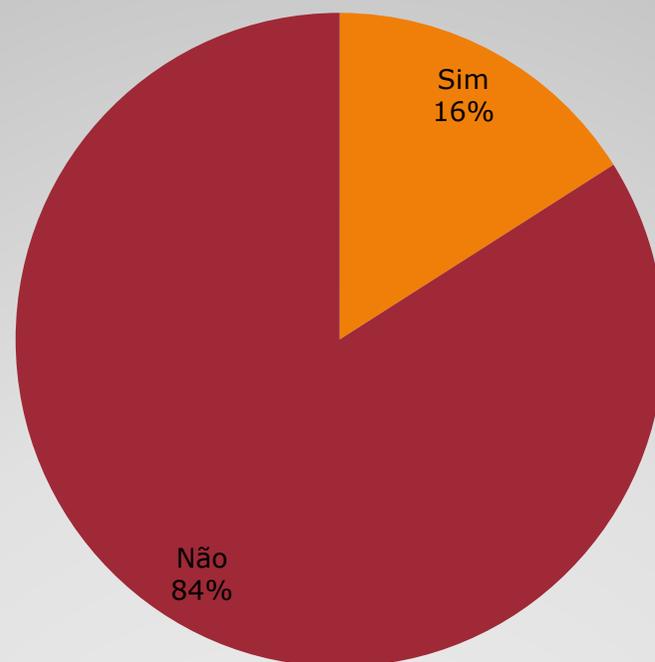
Análise do art. 312, do CPP



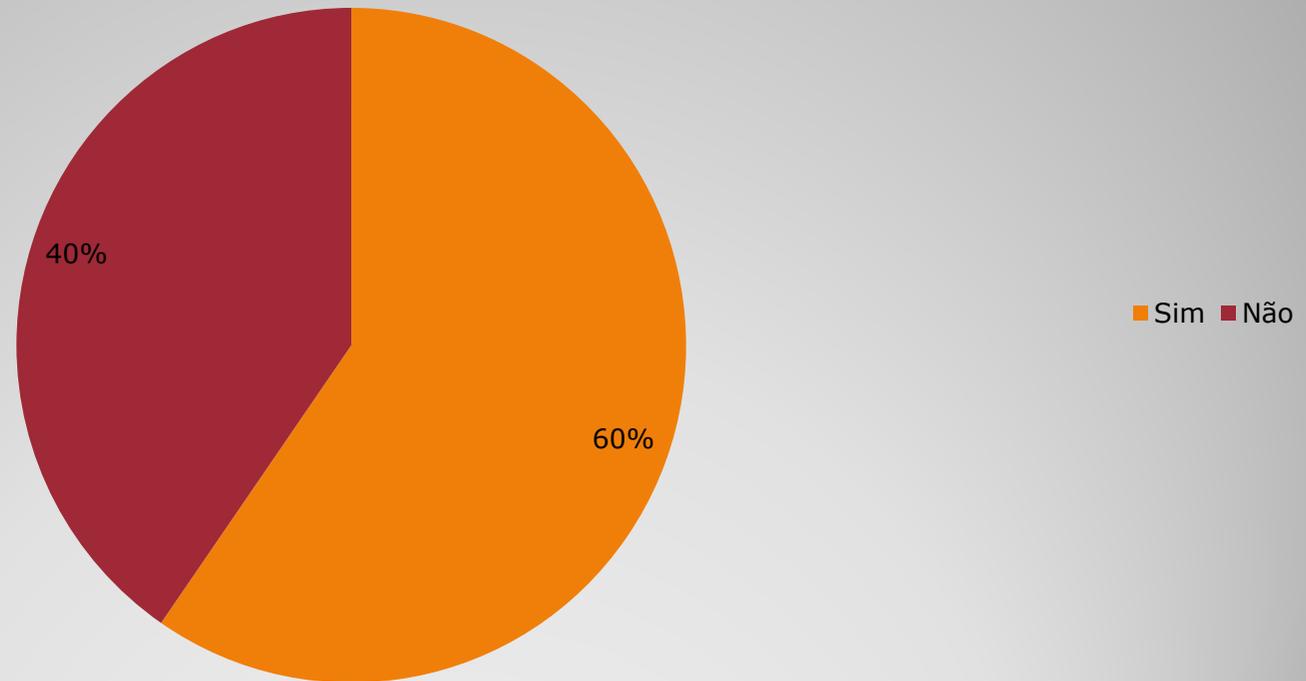
Acórdãos que estão presentes requisitos do art. 312, do CPP, na Situação Fática



Imposição de Medida Cautelar Diversa da Prisão



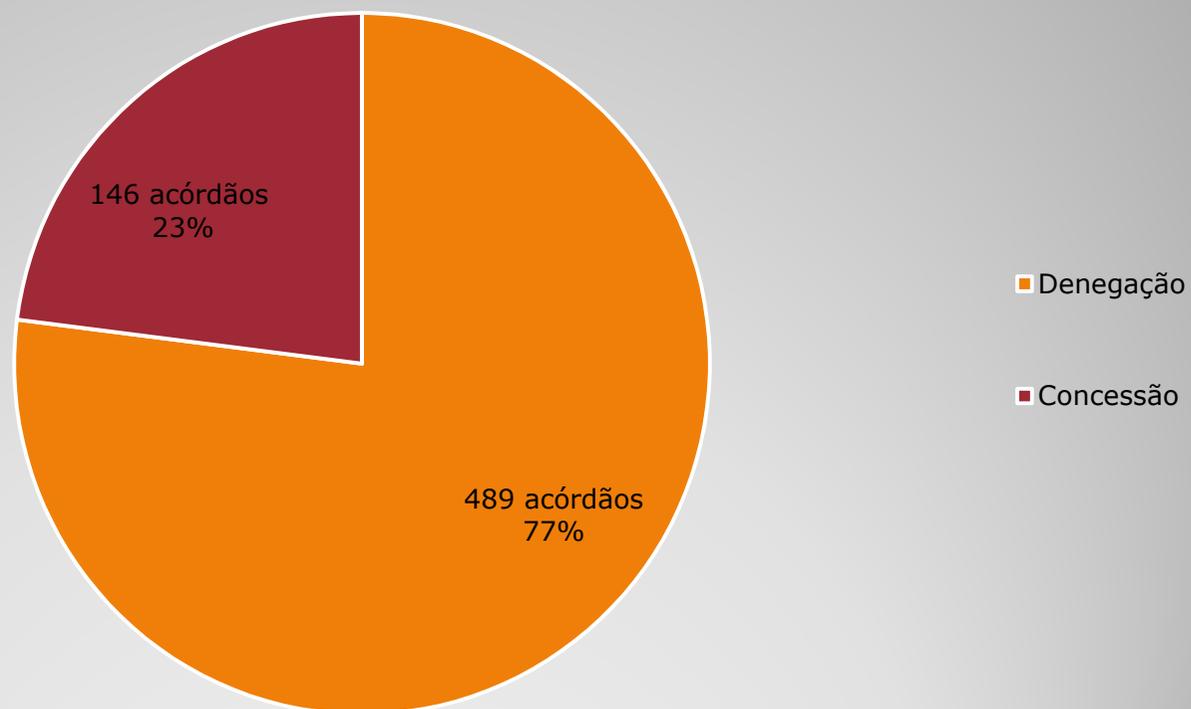
Análise da Possibilidade de Substituição da Prisão



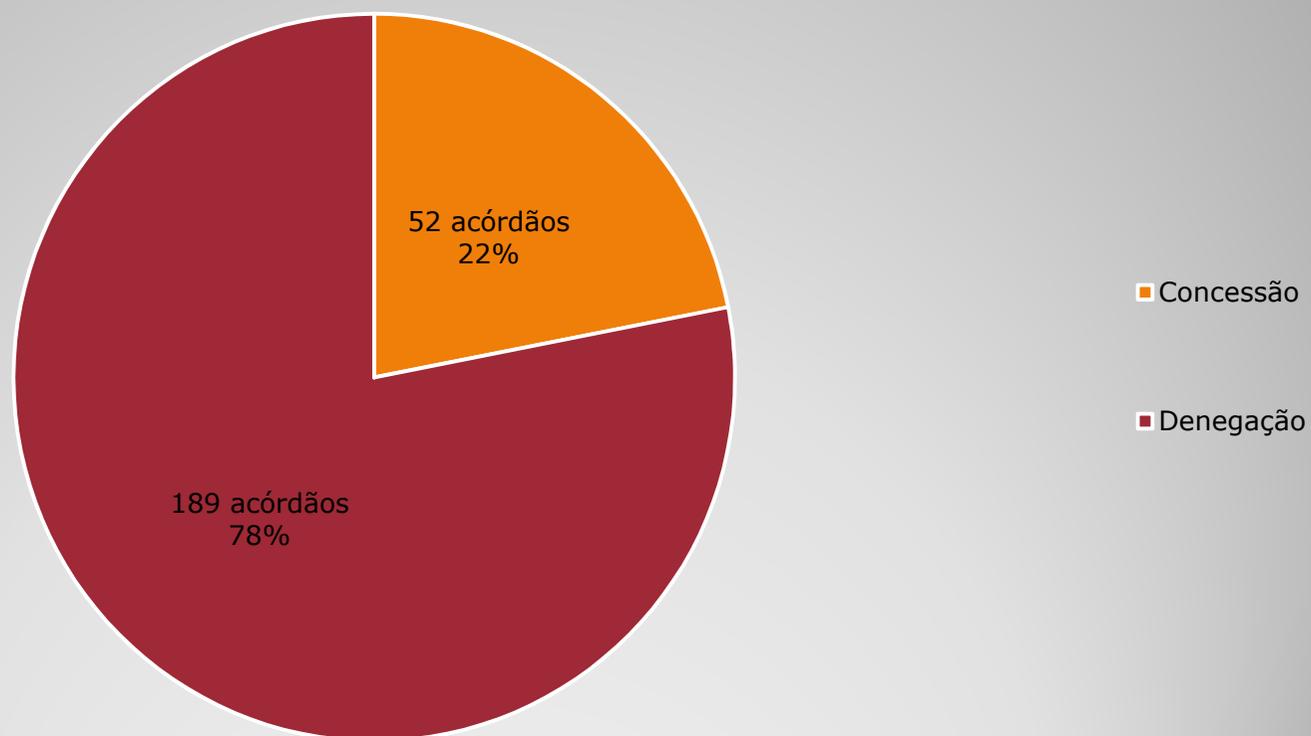
subgrupo 4

Duração Razoável da Prisão

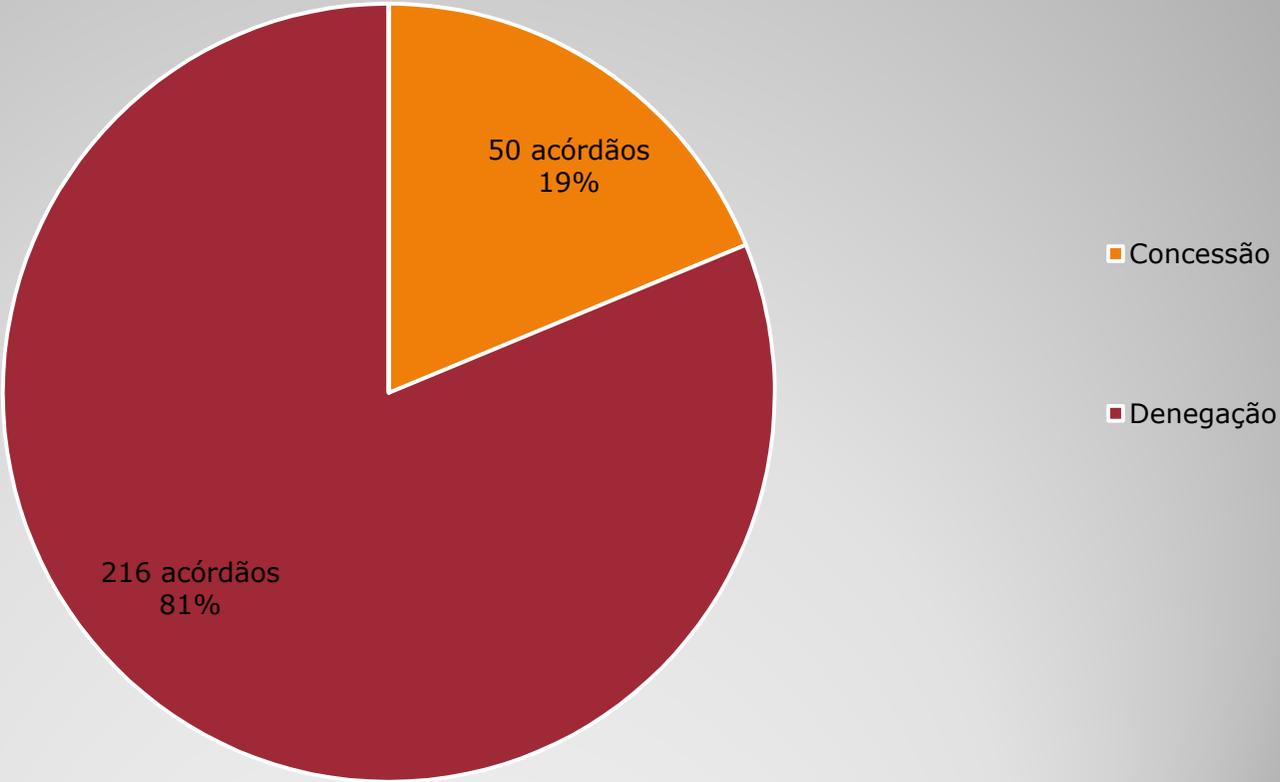
Número do total de acórdãos que denegaram e concederam a ordem da prisão: TJMG, STJ, STF



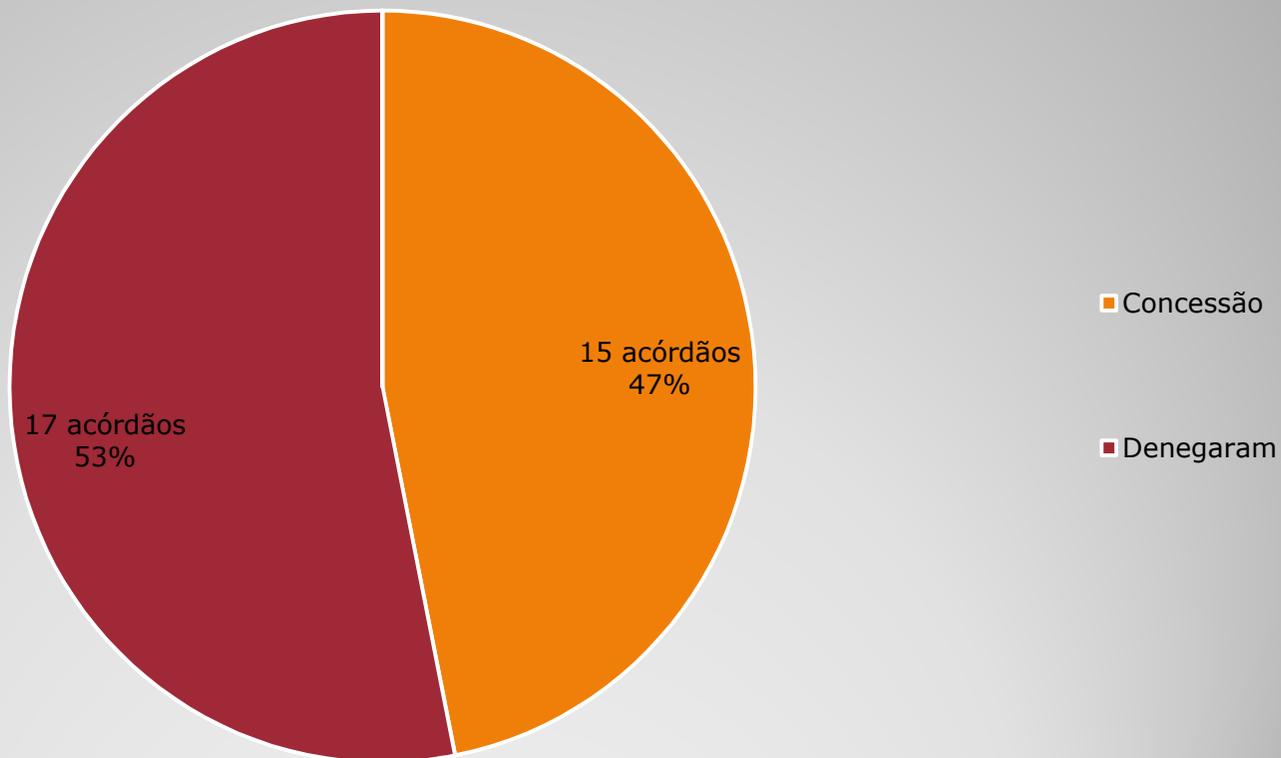
TJMG 2011- Decisão final de concessão e denegação da ordem de Habeas Corpus



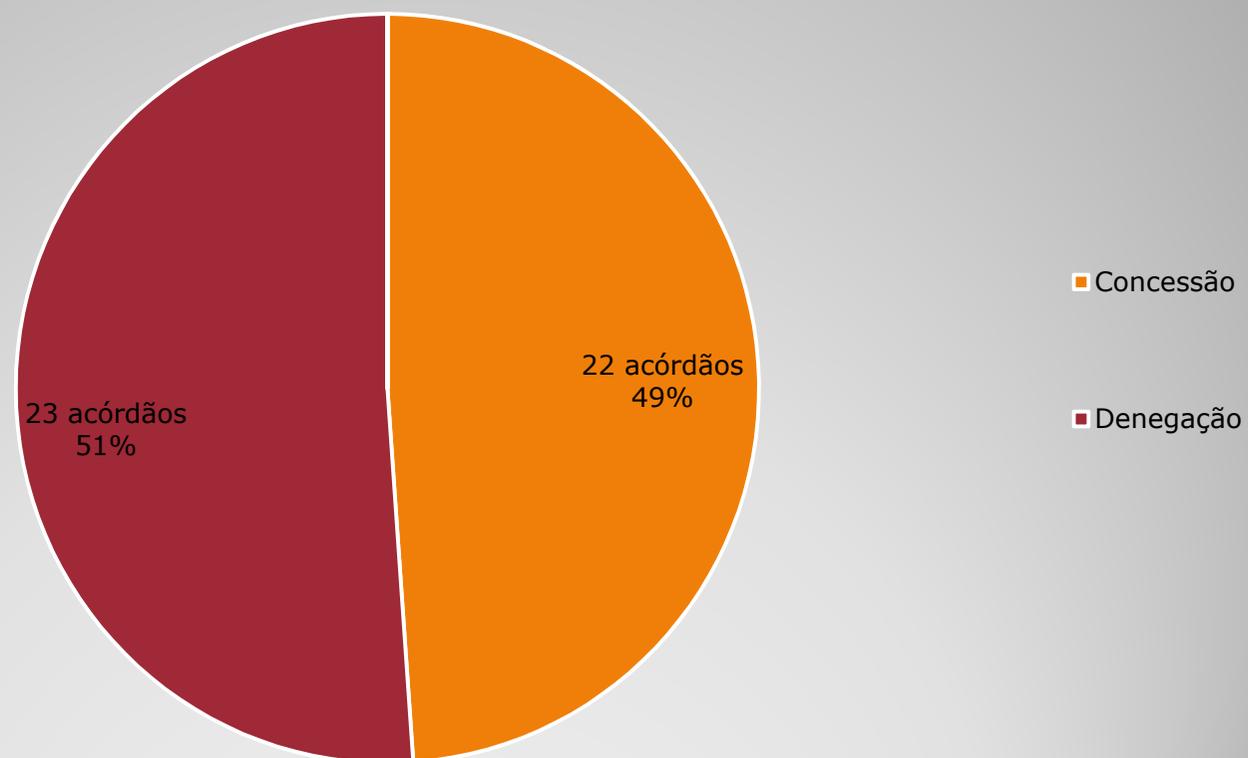
TJMG 2013- Decisão final de concessão e denegação da ordem de Habeas Corpus.



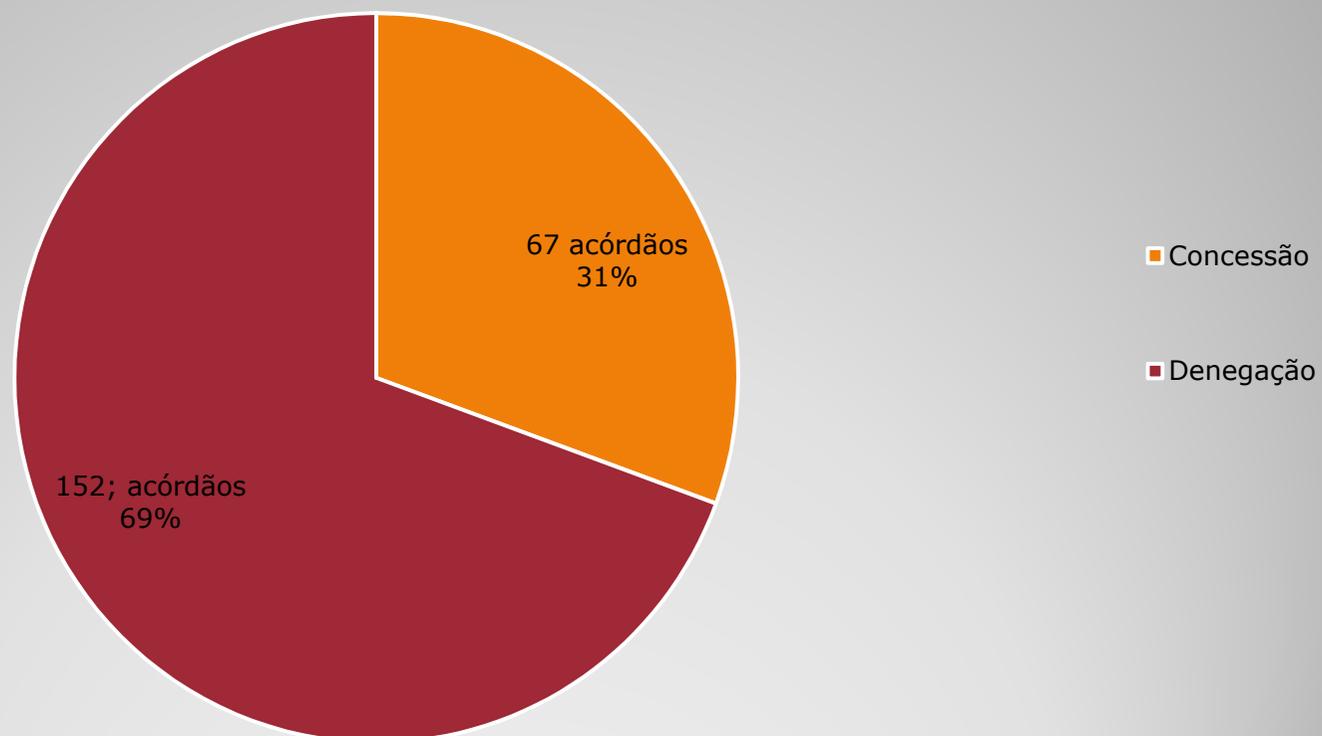
STJ 2012- Decisão final de concessão e denegação da ordem de Habeas Corpus



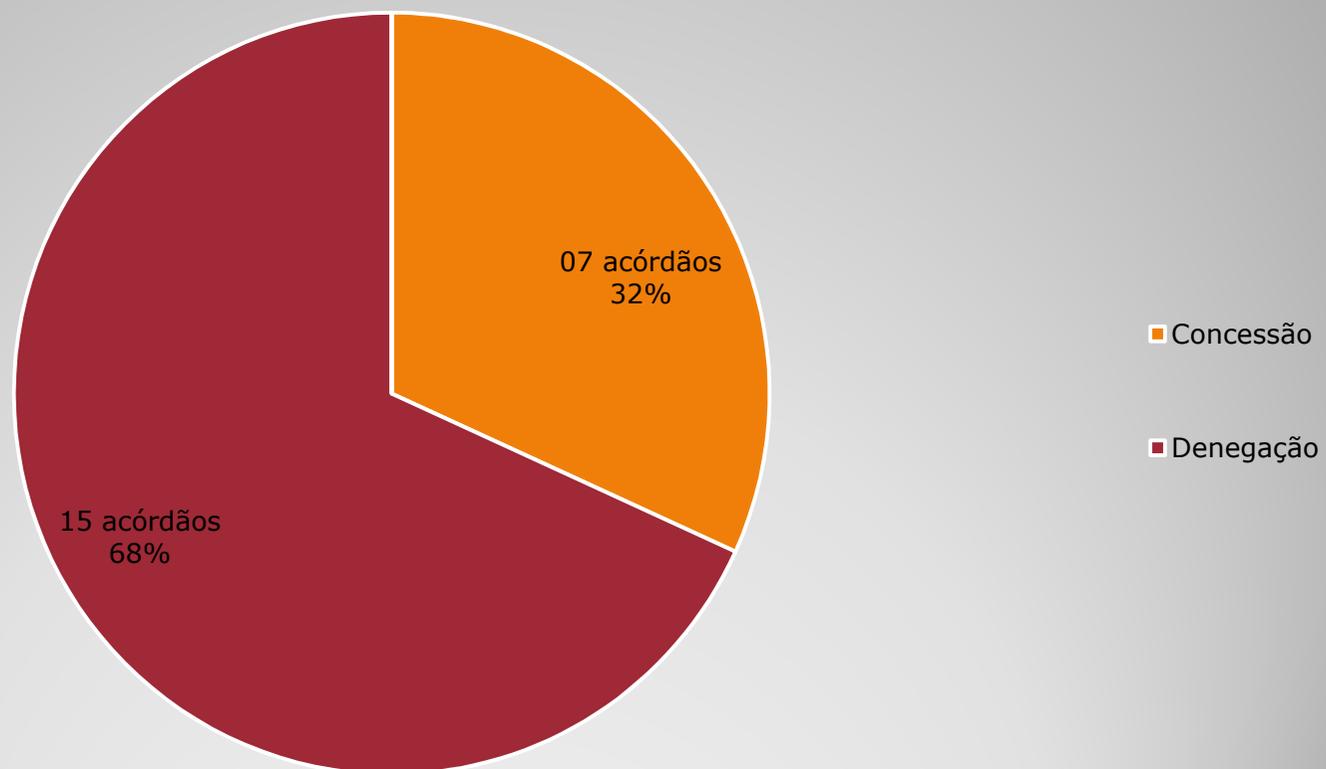
STF 2012- Decisão final de concessão e denegação da ordem de Habeas Corpus



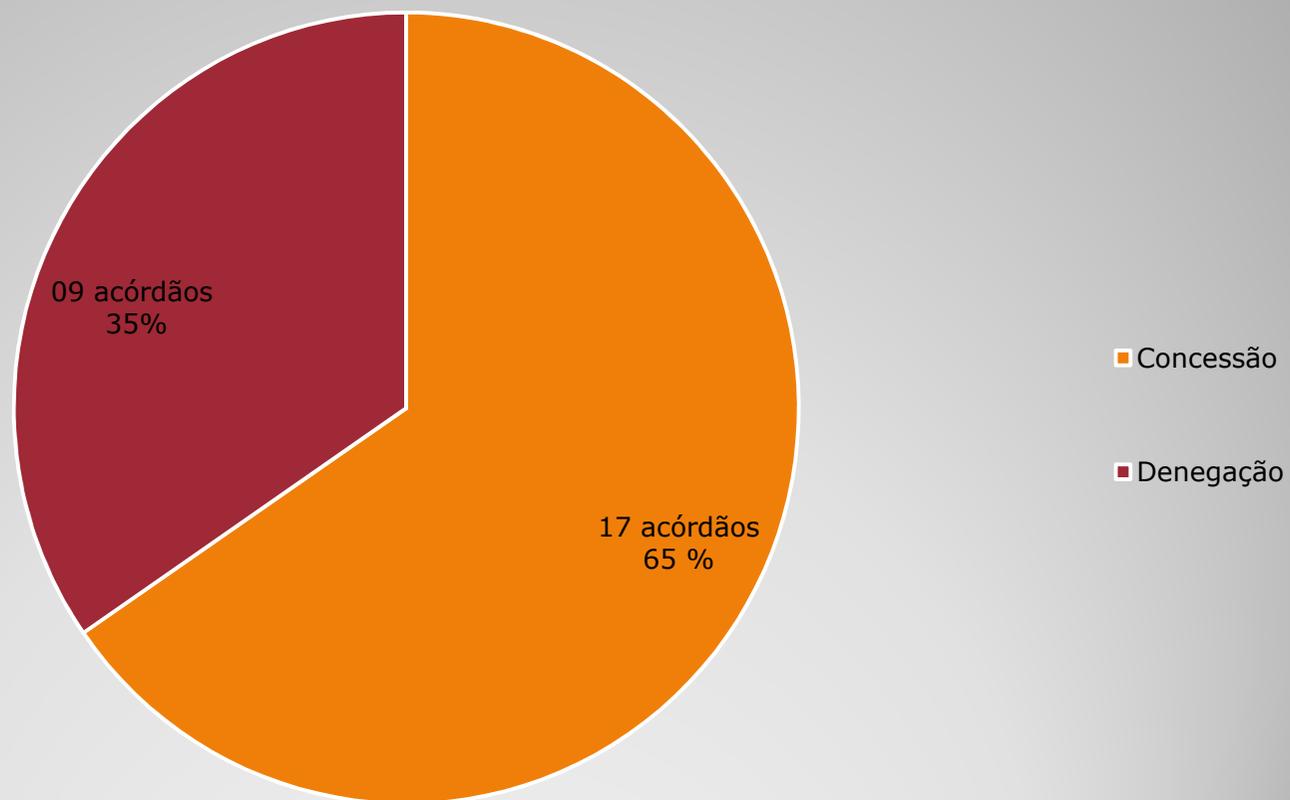
Tempo da prisão preventiva do acusado: 3 meses e menor que 11 meses



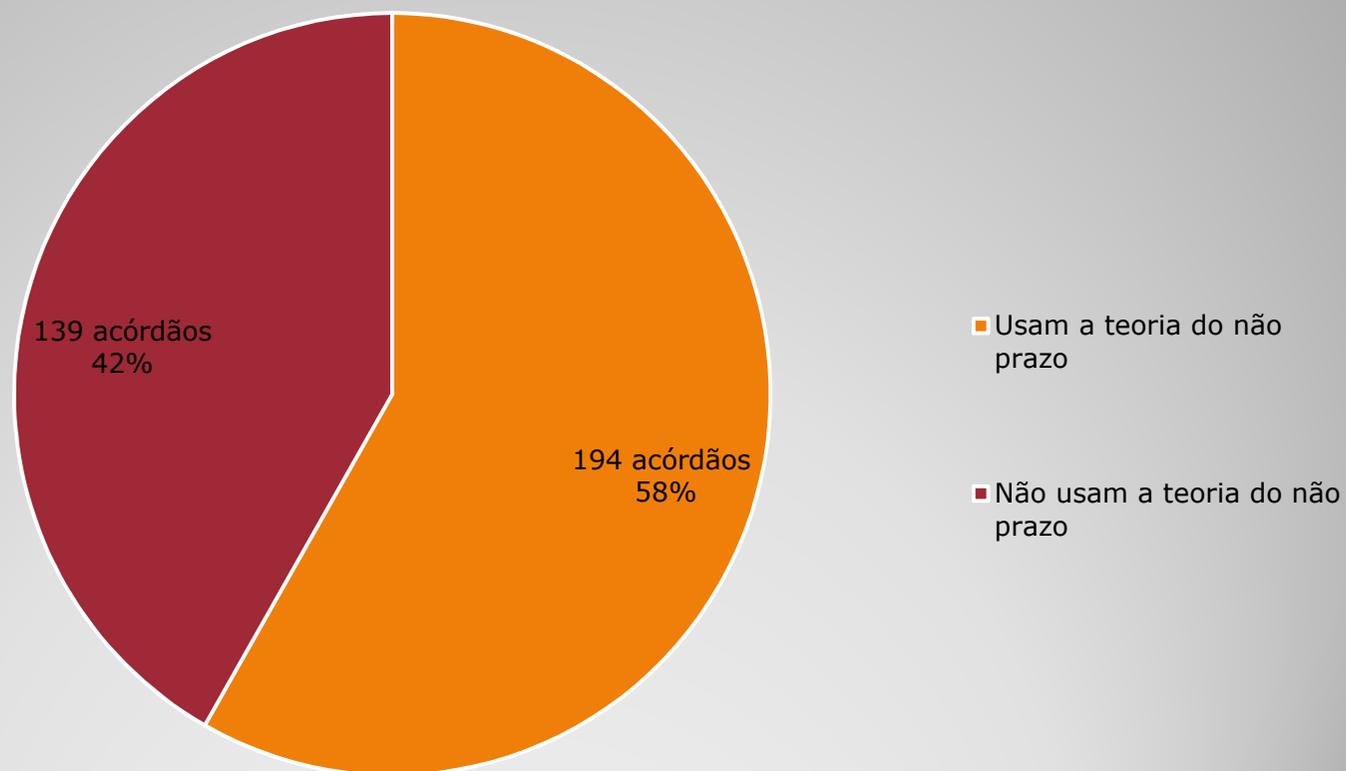
Tempo da prisão preventiva do acusado: 2 anos e menor que 2 anos e 11 meses



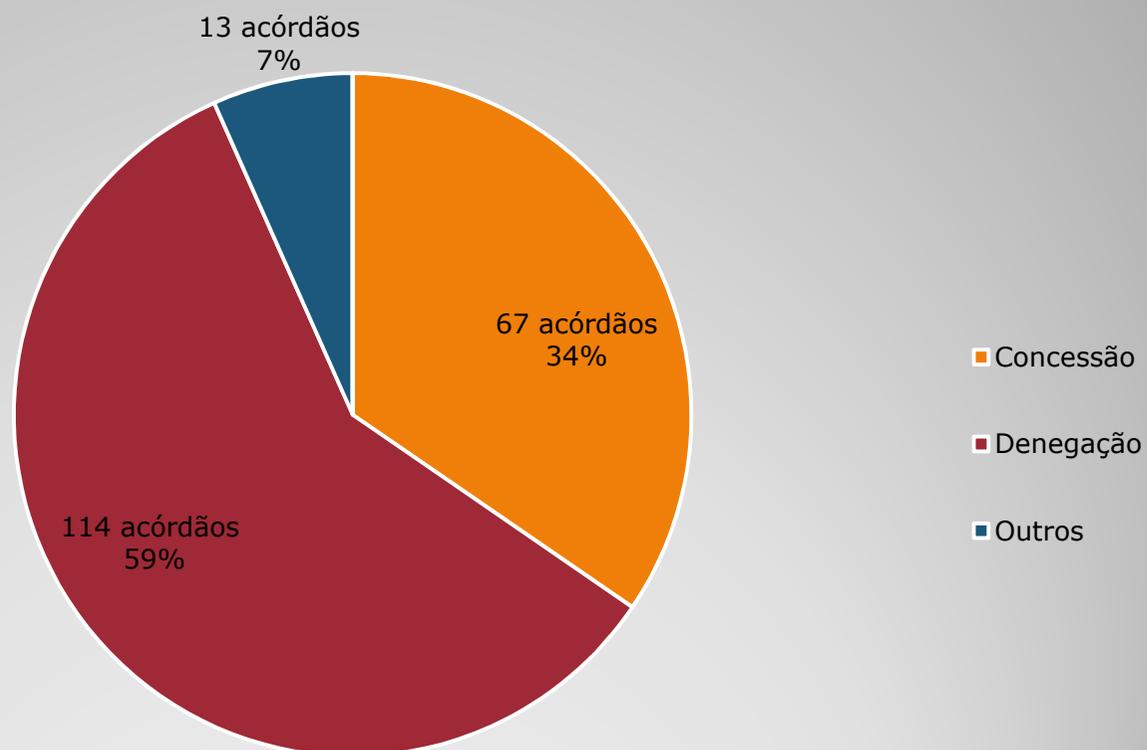
Tempo da prisão preventiva do acusado: 03 anos e menor que 09 anos



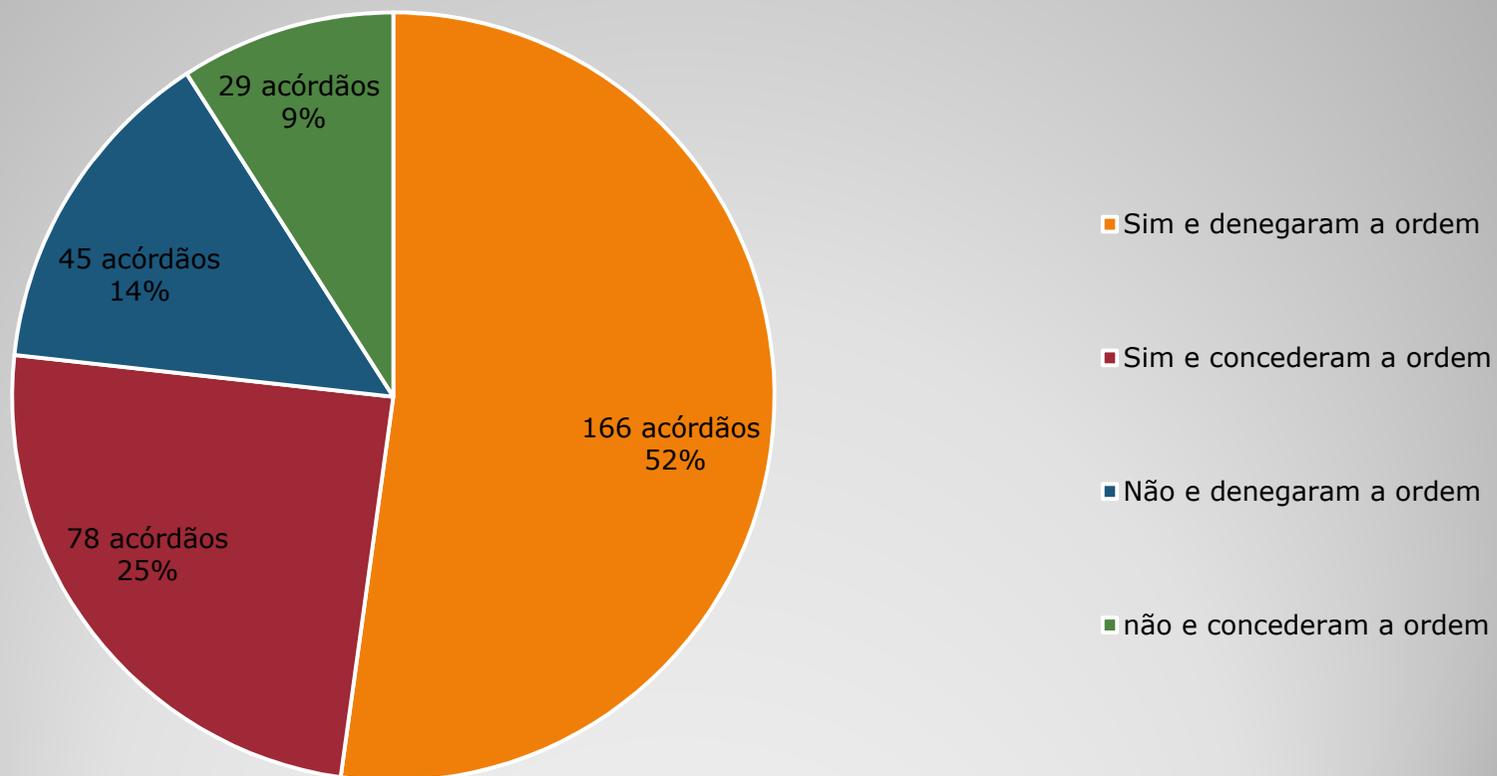
Quantos acórdãos usam na fundamentação a teoria do não prazo



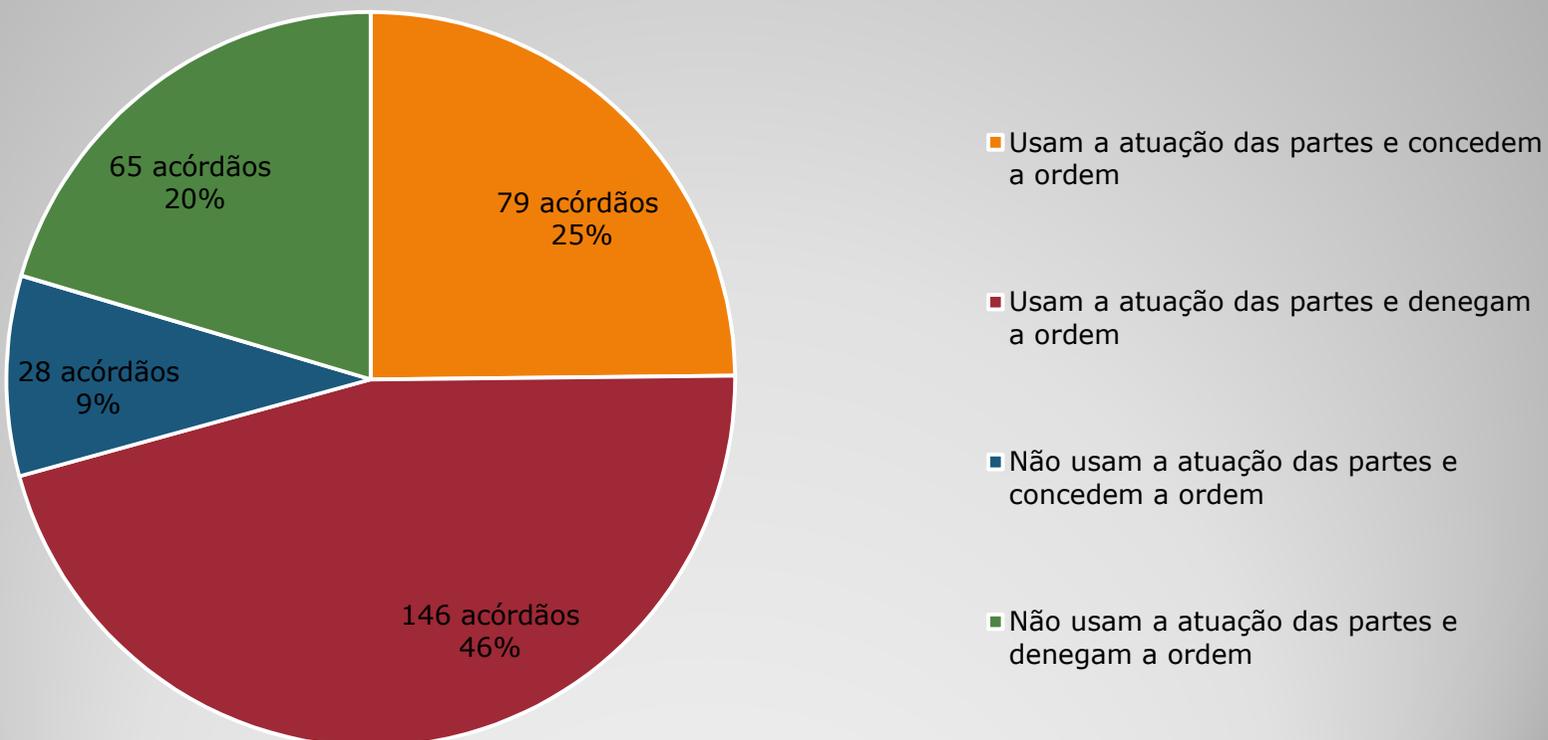
Acórdãos que usam a teoria do não prazo para denegar ou conceder a ordem



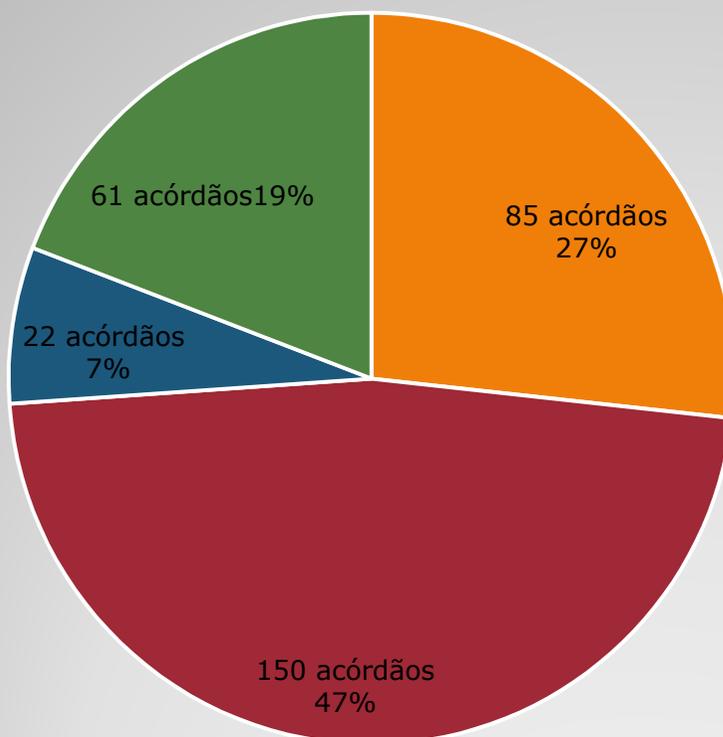
Acórdãos que usam a A complexidade da causa para fundamentar a decisão: Sim ou não/concessão ou denegação



Acórdãos que usam a atuação das partes na fundamentação sim ou não/concessão ou denegação da ordem



Acórdãos que analisam a atuação dos órgãos jurisdicionais: sim ou não/ concessão ou denegação da ordem



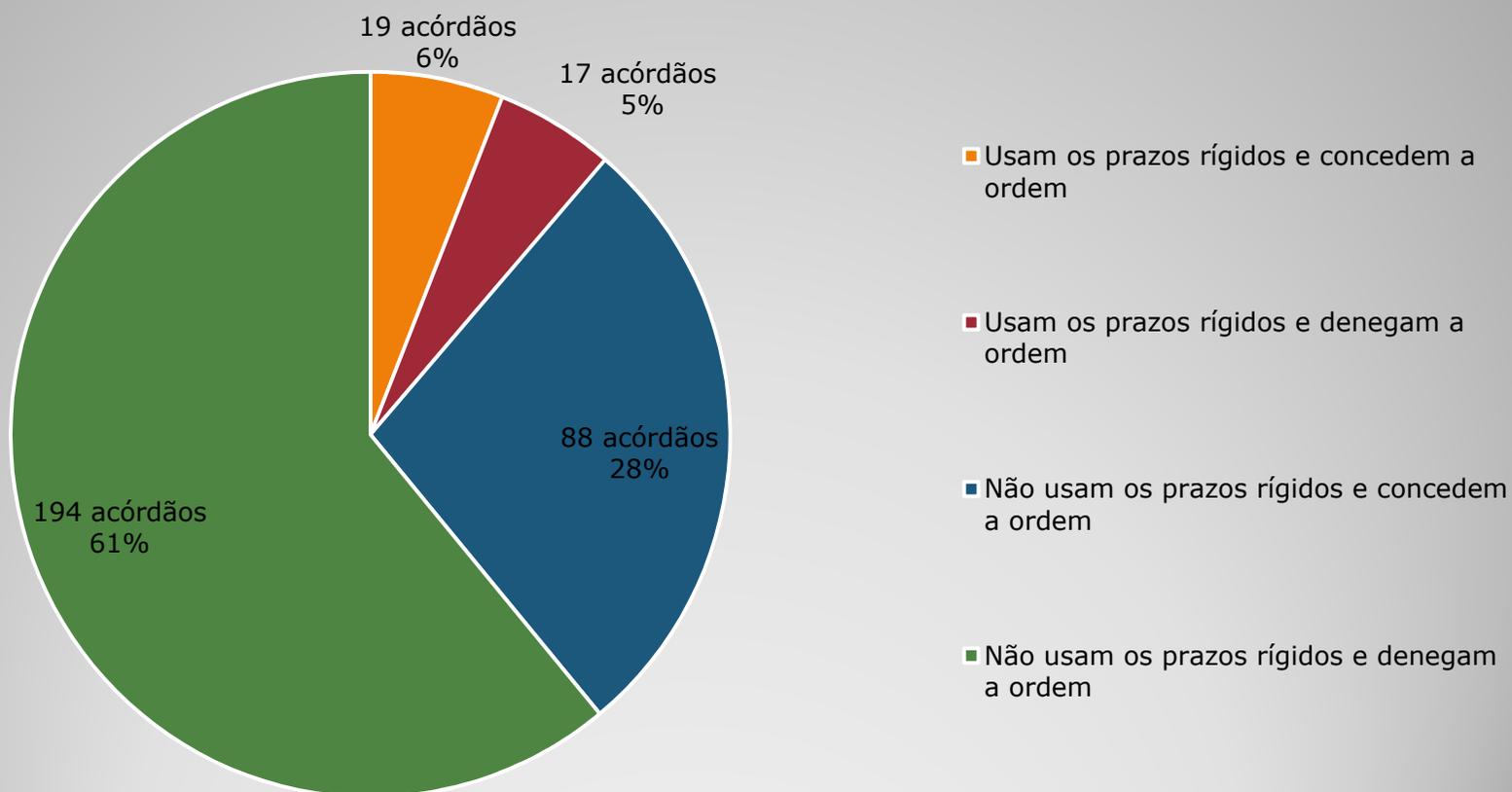
■ Usam a atuação dos órgãos jurisdicionais e concedem a ordem

■ Usam a atuação dos órgãos jurisdicionais e denegam a ordem

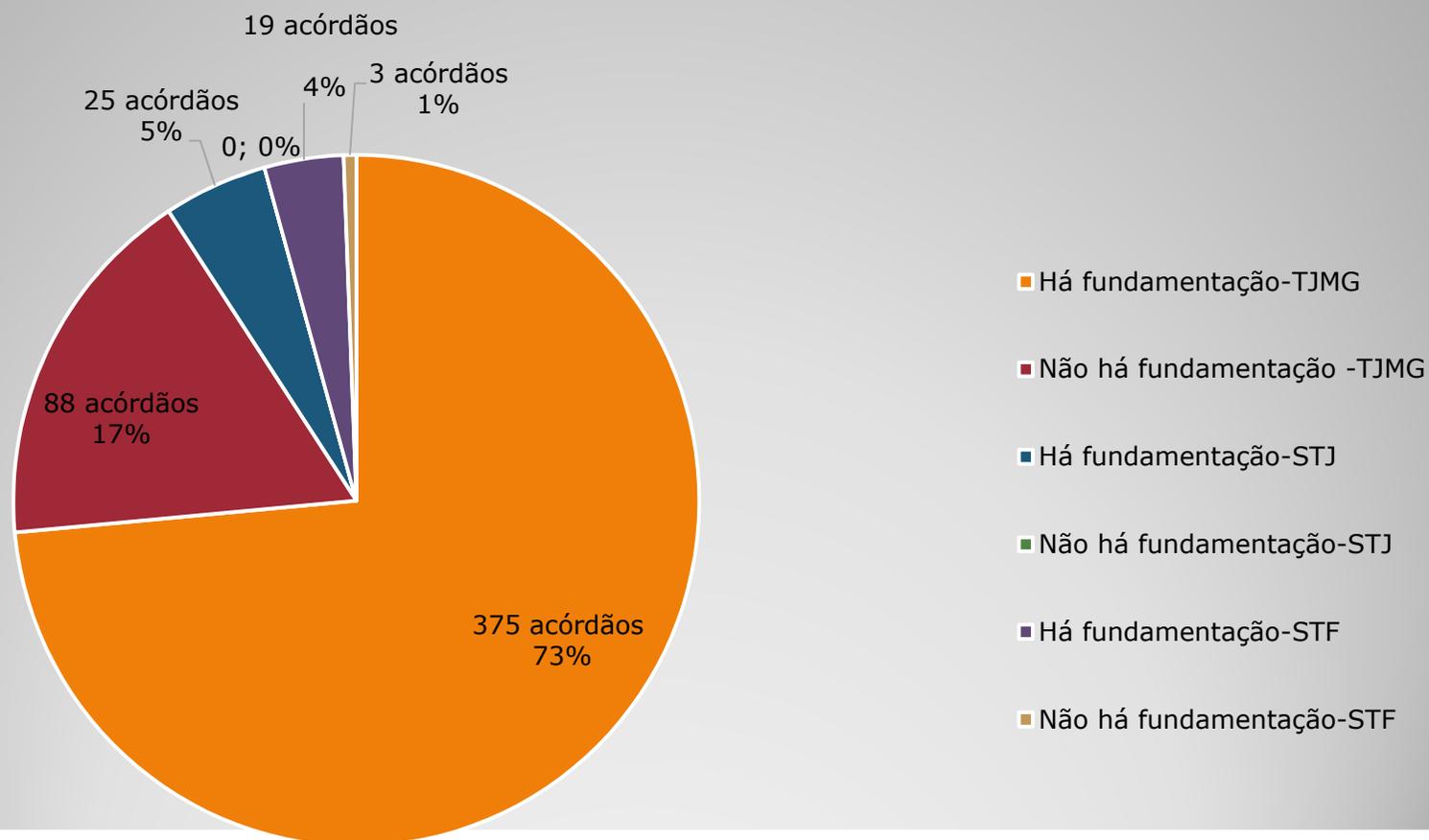
■ Não usam a atuação dos órgãos jurisdicionais e concedem a ordem

■ Não usam a atuação dos órgãos jurisdicionais e denegam a ordem

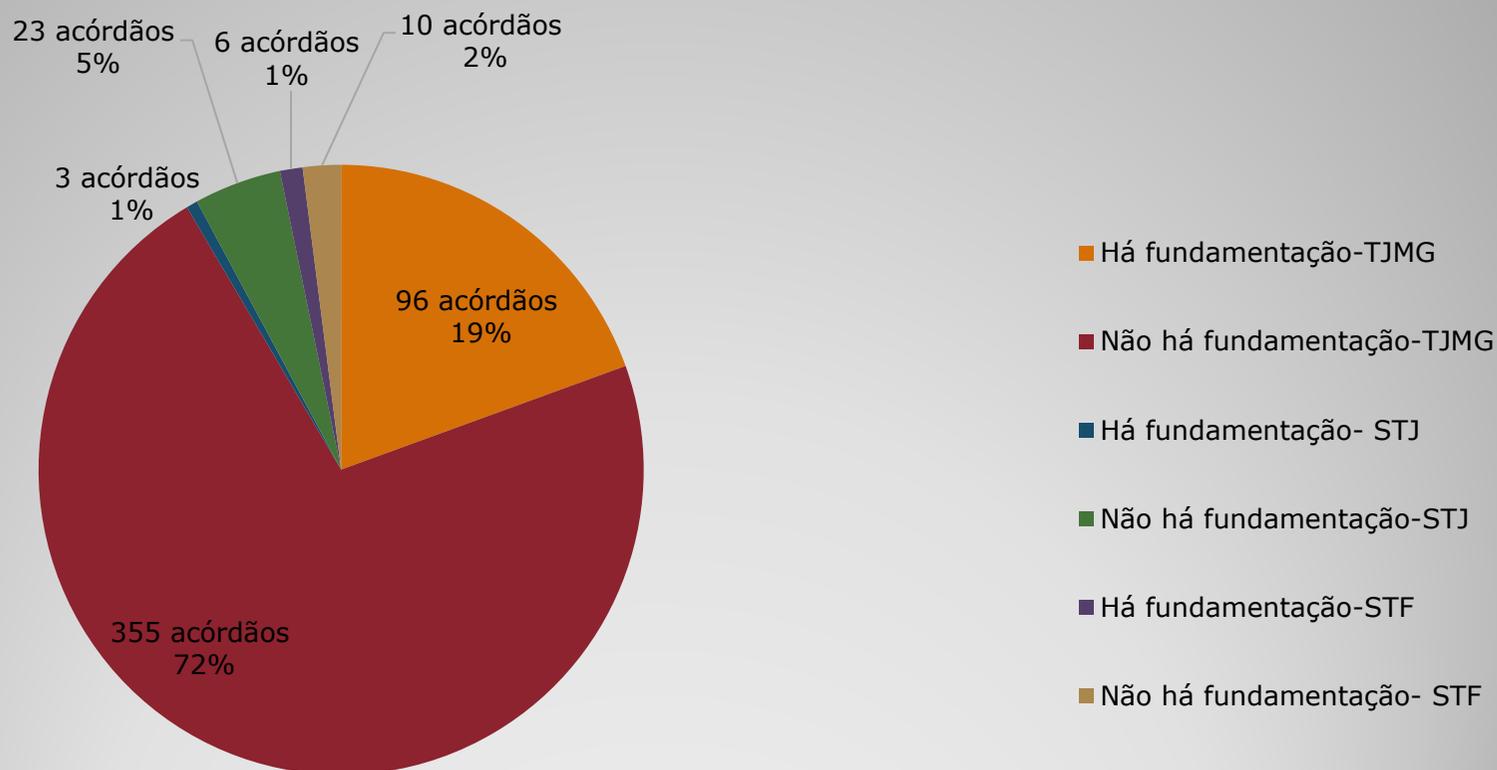
Acórdãos que usam a teoria dos prazos rígid^{os} sim ou não/concessã^o ou denegaçã^o da ordem



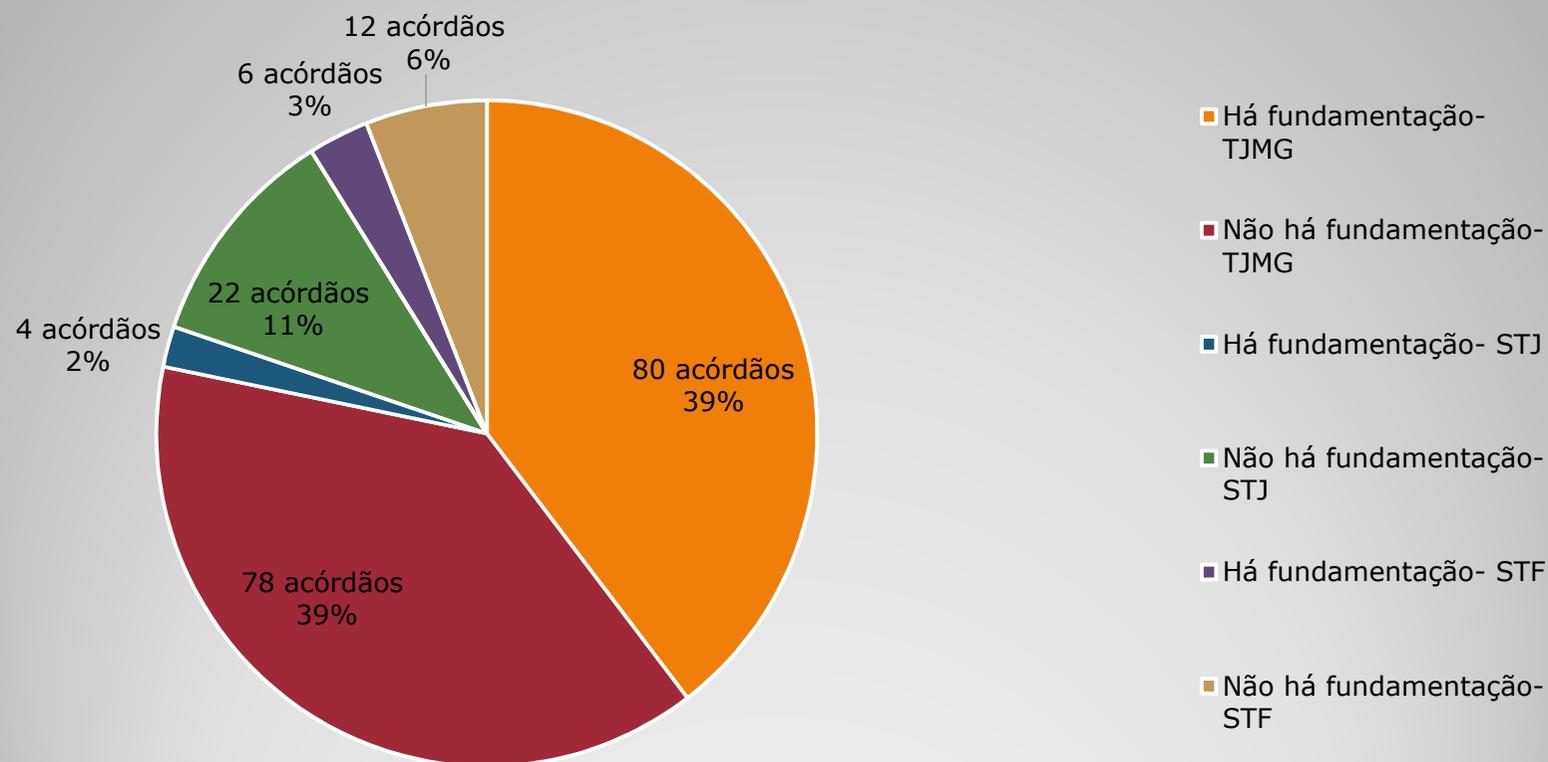
Acórdãos que o relator fundamenta a decisão no critério utilizado na pesquisa: Há fundamentação/ não há fundamentação no TJMG, STJ, STF



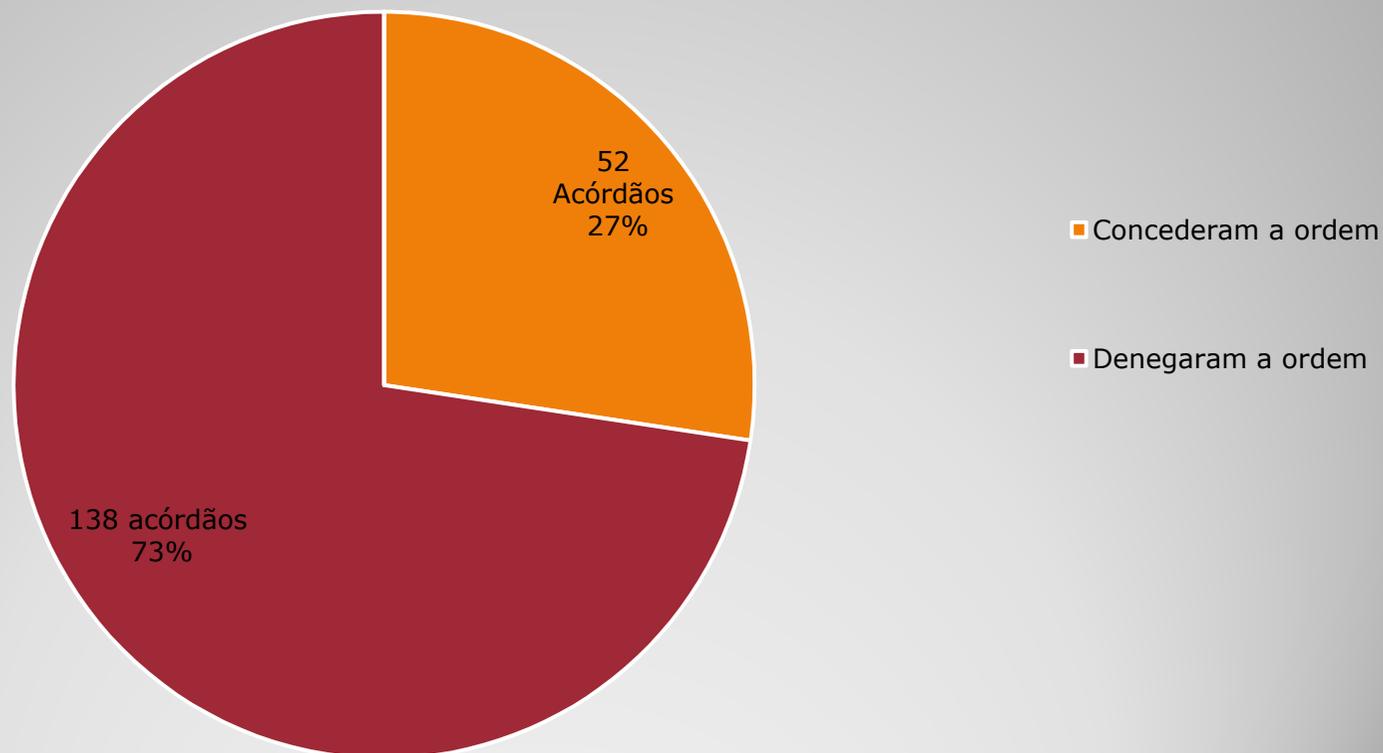
Acórdãos que analisam a fundamentação do revisor- sim ou não: TJMG, STJ, STF



Acórdãos que analisam a fundamentação do 2º vogal- sim ou não: TJMG, STJ, STF



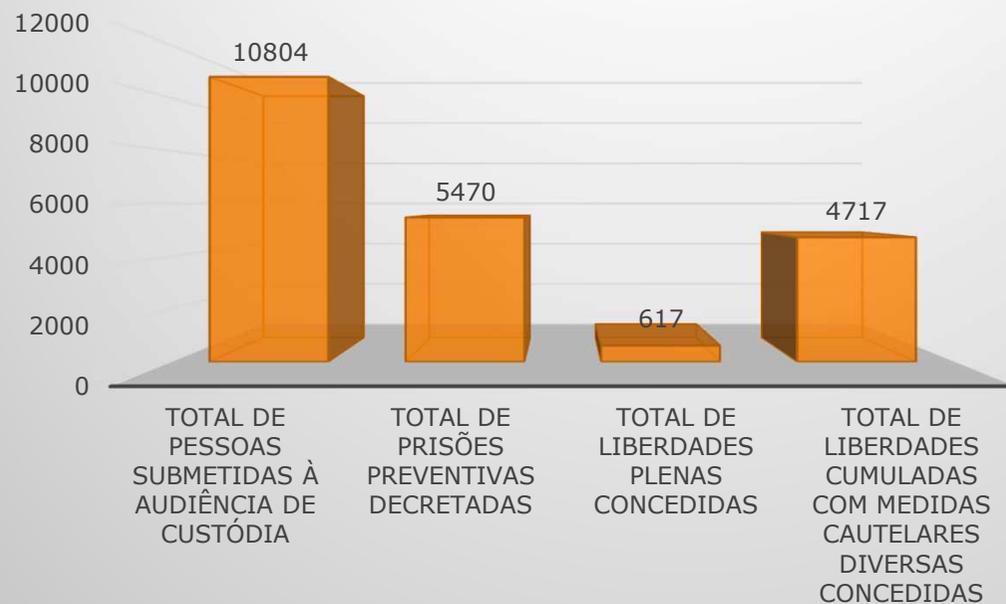
Acórdãos do TJMG, STJ E STF que analisaram o tipo Tráfico de drogas ou entorpecentes: concessão e denegação da ordem



**DADOS DE 2015 E 2016 SOBRE AS
AUDIÊNCIAS DE CUSTODIA**

CEFLAG – BELO HORIZONTE - MG

Audiências de Custódia realizadas de Agosto/2015 a Agosto/2016



Audiências de Custódia realizadas em Agosto de 2016

